

Greve da Receita Federal prossegue sem acordo

Apesar do encontro, governo não apresenta qualquer proposta

Por Gabriela Gallo

A greve dos auditores-fiscais da Receita Federal ainda não tem uma data para chegar ao fim. Nesta quarta-feira (14), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) e o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) tiveram a primeira reunião de negociação do ano com representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para discutir as reivindicações da categoria. Contudo, de acordo com o presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, o ministério não apresentou qualquer proposta para chegar a um acordo com a categoria. Dão Real, então, classificou o encontro como “frustrante”.

“Esperávamos, sim, que o MGI, depois de quase 170 dias de greve dos auditores-fiscais, já tivesse tempo suficiente para nos apresentar uma proposta minimamente razoável para levarmos para a assembleia. Infelizmente, não foi isso que aconteceu”, lamentou Dão Real.

Diante disso, até esta sexta-feira (16), a direção do Sindifisco Nacional, o Comando de Mobilização e o Conselho de Delegados Sindicais formalizarão a intenção de continuarem o processo de negociação para a construção de propostas concretas que beneficiem a categoria.

Os sindicalistas foram recebidos pelo Secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho, José Lopez Feijó, e pelo subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal, Auditor-Fiscal Juliano Brito da Justa Neves.



Representantes da Receita saíram “frustrados” da reunião

Reunião

De acordo com o presidente do Sindifisco Nacional, os representantes do ministério não apresentaram nenhuma proposta concreta para a categoria, apenas “uma premissa”. Segundo ele, a premissa é de que os servidores públicos da Receita Federal, ativos e aposentados, não poderiam ter um “resultado final” na remuneração que fosse “superior ao maior subsídio pago pelo Executivo”.

“É um absurdo. Na verdade, o teto dos auditores-fiscais é o teto do ministro do Supremo e é o teto de todos os demais servidores do poder Executivo. Nós não podemos aceitar premissas que estabeleçam um teto abaixo do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal. Dissemos esse ‘não’ explícito na mesa”, reforçou Dão.

Ele informou que o MGI disse que tem interesse em resolver o embate com os auditores-fiscais até a semana

que vem, na próxima reunião com a categoria. “Quanto a isso, me parece que tivemos um avanço no sentido de que há, sim, uma disposição de negociação instalada a partir de agora”, destacou o auditor.

Apesar do desentendimento no primeiro encontro das entidades, o presidente do Sindifisco declarou estar otimista de que, considerando a proporção da greve, o poder Executivo apresente uma proposta “minimamente aceitável” para os servidores da Receita.

Relembra

Na última semana, o Correio da Manhã realizou uma série de reportagens acompanhando de perto a greve dos servidores da Receita Federal. Em 2023, o governo federal concedeu um reajuste de 9% para a categoria, referente à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira. Esse bônus é uma

parcela adicional à remuneração que tem o objetivo de incentivar o desempenho e a produtividade dos servidores, calculado com base no quanto os servidores atingiram a meta estabelecida (ou seja, quanto mais o serviço estiver perto da meta, maior o bônus).

A categoria considera isso insuficiente. Primeiro porque não é um reajuste oficial no salário base que, considerando os salários congelados somados à inflação, seria necessário um reajuste de 18%.

E também porque o bônus de eficiência já estava previsto na Lei nº 13.464/2017 – que ficou sete anos sem regulamentação.

Além disso, como adiantado pelo Correio da Manhã, caso a greve dos servidores da Receita não termine até o fim do prazo da declaração do Imposto de Renda (30 de maio), isso pode prejudicar diretamente o governo cumprir a meta fiscal.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Motta participou ontem de evento em Nova York

Ramagem: presidente da Câmara joga para a plateia

Governo e oposição sabem que, ao recorrer da decisão do Supremo Tribunal Federal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) faz apenas jogo de cena. Ele sabe que não há qualquer chance de o plenário do STF mudar a decisão tomada por unanimidade pela Primeira Turma da corte. Pode, no máxi-

mo, conseguir votos dos dois ministros indicados por Jair Bolsonaro, Nunes Marques e André Mendonça.

Ao entrar com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), Motta apenas acena para os colegas, joga para a arquibancada que o elegeu para o comando da Câmara. Mas sabe que o jogo está perdido, por goleada.

Nem te ligo

Enquanto isso, Motta desconta sobre o projeto de anistia, que mantém em banho-maria. Há mais de um mês que a liderança do PL conseguiu as assinaturas necessárias para tentar forçar com que fosse pautada a urgência da proposta. E Motta tocou a bola pro lado.

Simpatia

Ao insistir no tema de Ramagem, o presidente da Câmara procura demonstrar uma simpatia pública — ainda que inútil — com a situação de acusados de tentativa de golpe. Pela proposta que levou toco no STF, a ação contra Bolsonaro e aliados também seria suspensa.

Lula Marques - Agência Brasil



Crime foi cometido no mandato anterior

Tese de Flávio Dino complica Carla Zambelli

A tentativa da deputada Carla Zambelli (PL-SP) de ser beneficiada pelo mesmo artigo da Constituição acionado em defesa de Ramagem deverá ser rejeitada pelo STF.

A chave para a recusa está no voto do ministro Flávio Dino no caso do ex-diretor geral da Abin, Agência Brasileira de Inteligência. Ele ressaltou que a pos-

sibilidade de suspensão de processos contra parlamentares para crimes cometidos depois de sua diplomação só vale para a respectiva legislatura.

Ou seja: mesmo se viesse a ser reeleito, um deputado não poderia adiar uma ação referente a crime cometido depois da diplomação anterior ou durante o antigo mandato.

Marco temporal

Para Dino, a nova diplomação zeraria o jogo — seria capaz apenas de suspender processos relativos a crimes cometidos posteriormente. O caso de Carla permitirá a discussão do voto, já que o fato que gerou sua condenação foi cometido em seu mandato anterior.

Medo

A situação de Carla também é mais complicada no plenário da Câmara e no próprio PL. Bolsonaro não perdona o episódio em que ela, armada, perseguiu um homem na véspera da eleição. Mas ela conta com o medo de colegas em também serem alvos da Justiça.

Diplomacia

Piadinha entre senadores: negócio da China mesmo será o que Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, vai fechar com Lula para segurar a CPMI sobre o INSS. A oposição diz que Alcolumbre fará a leitura do requerimento em sessão do Congresso ainda este mês.

CLT no lixo

Procurador do Trabalho, Cássio Casagrande afirma que decisões do STF favoráveis à pejotização levam a absurdos: garis de Porto Alegre foram contratados por empresa terceirizada como MEIs, microempreendedores individuais. Deixam de ter acesso a direitos trabalhistas.

Influenciador envolvido com “Tigrinho” depõe em CPI

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

O influenciador digital Luiz Ricardo Melquiades, conhecido como Rico Melquiades, prestou depoimento nesta quarta-feira (14) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets, no Senado Federal. Campeão do reality show “A Fazenda 13”, ele acumula mais de dez milhões de seguidores nas redes sociais. Durante a sessão, o influenciador negou ter utilizado “contas de demo” — perfis especiais disponibilizados por empresas nas plataformas digitais, com o objetivo de gerar resultados positivos em jogos — para a realização de publicidades.

“Eu posso falar do que eu divulgava, que eu perdia e ganhava também... Não tenho conhecimento sobre. Desde janeiro, eu crio o meu usuário. Tem que colocar seu documento, seu CPF. Eu que boto dinheiro na conta para fazer as divulgações”, declarou.

A convocação de Melquiades foi solicitada pela relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). A justificativa para o requerimento foi o envolvimento do influenciador na Operação “Game Over 2”, deflagrada pela Polícia Civil de Alagoas. A operação investiga a promoção irregular de jogos de azar online, por meio de influenciadores digitais. O foco da investigação é o chamado “Jogo do Tigrinho”, uma moda-



Rico Melquiades reclamou do tratamento recebido na CPI

lidade de aposta não autorizada pelo Estado.

Campanhas

Soraya destacou a importância da presença de Melquiades na CPI para entender como são estruturadas as campanhas de divulgação de jogos ilegais, além de elucidar os vínculos entre influenciadores e essas plataformas, e como tais práticas impactam negativamente a sociedade, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Questionado sobre um acordo de não persecução penal com o Ministério Público de Alagoas, Rico admitiu ter

assinado o acordo, mas negou ter conhecimento das ilegalidades envolvidas nas atividades investigadas, como lavagem de dinheiro e vínculos com organizações criminosas.

“Eu fazia [propaganda para] a Blaze”, disse ele, referindo-se a uma casa de apostas com sede na ilha de Curaçao, paraíso fiscal no Caribe. “Eu desconheço esse negócio de formação de quadrilha. A minha relação com as plataformas de apostas foi só como influenciador; fiz campanhas publicitárias. Tudo foi documentado de forma legal. Eu sempre segui as regras que eram vigentes na época”,

afirmou Melquiades, que se comprometeu a entregar cópias dos contratos aos senadores.

A pedido dos parlamentares, Melquiades demonstrou, em seu celular, como realiza apostas no jogo do tigrinho. Ele mostrou ter ganhado nas primeiras rodadas, mas também perdeu em outras. Quando a senadora Soraya solicitou que ele entrasse em outro jogo, Melquiades se recusou.

Em alguns momentos, o influenciador mencionou a oitiva de Virgínia Fonseca, que depôs na última terça-feira (13). Para ele, o tratamento dispensado à empresária foi diferente do que recebeu. “Vocês pediram para a Virgínia fazer isso, jogar assim?”, questionou.

“Sabe o que eu estou sentindo aqui na CPI? Que o tratamento com a Virgínia ontem foi diferente do meu. Sinto que vocês estão me pressionando muito. Ontem, era risada, era selfie, foto no Instagram”, reclamou Rico.

A advogada de outra influenciadora, Deolane Bezerra, Adélia de Jesus Soares, foi convocada, mas não compareceu, amparada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Adélia é sócia da empresa Payflow Processadora de Pagamentos LTDA e, segundo Soraya, foi indiciada pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) por falsidade ideológica e associação criminosa.